

EXPERIÊNCIA COM O PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA DO PROJovem URBANO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Experience With Community Action Plan Of Urban Projovem Jaboatão Of Guararapes

Fabia Cristina Mendes Barbosa¹
1.fabinhabarbosa@hotmail.com

Resumo

O artigo apresenta uma experiência exitosa com o Plano de Ação Comunitária (PLA) no Projovem Urbano do município de Jaboatão dos Guararapes/PE, no período de Nov de 2015 à Abril de 2016. A Ação é uma atividade proposta do Projovem Urbano, em que está inserida no seu projeto pedagógico integrado, cuja finalidade é elaborar, discutir e executar o plano de ação comunitária através das aulas de Participação Cidadã. Em que os temas debatidos são direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, tecnologias sociais, direito á cultura e ao lazer, entre outras. Nessa direção, este estudo tem como objetivo divulgar o protagonismo e autonomia dos jovens através da construção do plano de ação comunitária, destacando principalmente a capacidade de trabalho coletivo, de lidar com a diversidade, a diferença e o conflito, possibilitando a vivência de práticas democráticas. A metodologia utilizada foi qualitativa e descritiva com base em princípios da pesquisa bibliográfica. O resultado dessa experiência foi o protagonismo juvenil junto às dificuldades da comunidade.

Palavras-chave: Projovem, Protagonismo Juvenil e Participação Cidadã

Abstract

The article presents a successful experience with the Community Action Plan (PLA) in Projovem Jaboatão Urban Guararapes / PE, from Nov 2015 to April 2016. The action is a proposal Projovem Urban activity, where it is inserted in its integrated educational project whose purpose is to develop, discuss and implement the Community action plan through the Citizen Participation classes. Where the topics discussed are human rights, consumer rights, access to public goods and services, ethics and citizenship, as well as sanitation issues, public health, quality and accessibility of public services, environmental protection, violence, drugs, sexuality , social participation, social technologies, right to culture and leisure, among others. In this direction, this study aims to disseminate the role and autonomy of young people through the construction of community action plan, particularly highlighting the collective work capacity, to deal with diversity, difference and conflict, enabling the experience of democratic practices . The methodology was qualitative and descriptive based on principles of literature. The result of this experience was the youth involvement with the difficulties of the community.

Keywords: Projovem, Youth Participation and Citizen Participation

Introdução

Sabe-se que a juventude está vivendo um momento de muita exclusão, e que muitos são visto como rebeldes, transgressores, jovem violento, usuário de drogas até cheio de liberdade e beleza, são diversas formas e representações que são dadas aos jovens de hoje. Apesar de toda essa ideia, o jovem é um sujeito em fase de preparação e transição para vida adulta, e por isso deve estar inserido no meio social e conhecer seus direitos democráticos. (SOARES, RIZZINI, BUSH, 2010).

Diante disso, foram criadas políticas públicas voltadas para o público jovem, dentre os programas oferecidos aos adolescentes e jovens está o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído em 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.129.

Em 2007, a Secretaria Nacional da Juventude fez esforços junto ao Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego, nasce o novo Projovem, constituído por 4 grandes modalidades, sendo regido pela Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008 (BRASIL, 2009).

Desta forma o Programa Nacional de Jovens – Projovem Urbano tem como finalidade elevar o grau de escolaridade dos jovens, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental (6º ao 9º ano), da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de Participação Cidadã.

A proposta do Projovem Urbano, segundo a diretriz do Projeto Pedagógico Integrado (PPI), cujo currículo se baseia na articulação de três dimensões: Educação Básica, Participação Cidadã e Qualificação Profissional. Desenvolve atividades pedagógicas em 18 meses de aula, com carga horária total de 2000 horas, sendo 1440 de atividades presenciais e 560 de atividades não presenciais, distribuídas em seis Unidades Formativas, onde se estabelecem conexões por meio de Eixos Estruturantes e Temas Integradores voltados a realidade da Juventude atual (BRASIL, 2012).

Desta forma, o Programa é estruturado em três dimensões: Educação Básica (14 horas semanais), Participação Cidadã (01 hora semanal) e Qualificação Profissional (05 horas semanais), a aplicação dos conteúdos de cada componente curricular é dada pela equipe de professores/as. Ressaltando que os componentes curriculares são: ciências humanas, língua portuguesa, inglês, matemática, ciências da natureza, qualificação profissional e participação cidadã. Os/as professores/as de conhecimentos específicos exercem duas funções no Projovem Urbano, sendo professor/a especialista (16horas semanais) e a de Professor/a Orientador – PO (04 horas semanais), ao mediar às discussões em torno de temática de relevância para juventude (BRASIL, 2012).

Outra novidade do programa se refere ao auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00, para cada jovem, embora para receber este auxílio o jovem matriculado precisa ter frequência de pelo menos 75% de participação das atividades presenciais em cada etapa da formação e 75% das atividades não-presenciais por mês no período formativo. E no final do processo formativo, o jovem passa por um exame nacional externo para a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e de Qualificação profissional.

Todos os/as professores do Projovem Urbano são contratados em regime de 30 horas semanais que serão distribuídos entre: atividades docentes e de orientação pedagógica; integração curricular, atividades de avaliação, revisão e reforço; planejamento de atividades de ensino e aprendizagem e de funcionamento do Núcleo; e formação continuada. Lembrando que às 30h de trabalho são cumpridas nos Núcleos (escolas) ou em atividades pedagógicas realizadas com os estudantes nos demais espaços da cidade, tais como visitas, pesquisas de campo, palestras, entre outras.

Para o desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária que é de responsabilidade do professor de Participação Cidadã, cuja sua função é realizar trabalhos coletivos e associados aos outros componentes curriculares.

No desenvolvimento dessa dimensão curricular, os jovens aprendem a avaliar o alcance de suas ações, as formas de encaminhamento das demandas dos cidadãos/grupos sociais e os meios de respostas possíveis, sendo levados a compreender a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário e tudo que isso pode representar em termos de aprendizado e desenvolvimento de competências e

habilidades, visando à participação social e ao exercício da cidadania (BRASIL, 2012, p. 41).

Segundo o Projeto Pedagógico Integrado do Programa, as aulas de participação cidadã tem finalidade de realizar trabalhos coletivos e associados a outros componentes curriculares, para que os jovens reconheçam seus direitos e deveres de cidadão e participem da vida da comunidade onde vivem. Assim estarão desenvolvendo uma cidadania ativa e criadora de novos espaços.

A Participação Cidadã propõe a realização de uma ação social e comunitária através de uma linha pedagógica, onde os jovens de forma coletiva vão adquirir conhecimentos e informações sobre a localidade onde vivem. Com base nessas informações irão eleger uma necessidade de interesse comum e traçar um plano de ação voltado para a sua comunidade. O plano deverá envolver sistematização, execução e avaliação da ação coletiva. Assim irão vivenciar na prática uma experiência educativa (BARBAN, 2011, p. 14).

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo divulgar o protagonismo e autonomia dos jovens através da construção e execução do Plano de Ação Comunitária (PLA), destacando principalmente a capacidade de trabalho coletivo, de lidar com a diversidade, a diferença e o conflito, possibilitando a vivência de práticas democráticas. Ressaltando que o programa está implantado em Jaboatão dos Guararapes/PE desde 2006 e atende aos jovens com idade entre 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem

O Projovem foi criado em junho de 2005, a partir da Medida Provisória nº 238/2009, em que foi convertida na Lei nº 111.129/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005. No artigo 2º, está explícito que a finalidade do Programa:

Executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei 9394/96, a elevação da escolaridade dos jovens, visando à conclusão do Ensino Fundamental, à qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local (BRASIL, 2012, p. 13).

Ressaltando que neste período o Projovem era um programa piloto que foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação através do Parecer CNE/CEB nº 3/2006, de 15/08/2006 como um curso experimental, de acordo com o artigo nº 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo duração de 12 meses, no final o Projovem viabilizava certificação de conclusão do ensino fundamental e a qualificação profissional (formação inicial), por meio dos sistemas de educação.

A meta do Programa foi atender a cerca de 200.000 jovens, de 18 a 24 anos de idade, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006 ampliou-se o atendimento para os municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo havido a adesão de 29 cidades (BRASIL, 2012).

Diante dessa retrospectiva, o Projovem sofre outra alteração em 2008, foi convertida na Lei nº 11.692/2008, que dispõe sobre o Programa de Inclusão de Jovens – Projovem determina em seu artigo 2º:

O Projovem, destinado aos jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das modalidades: (I) Projovem Adolescente – Serviço

Socioeducativo; (II) Projovem Urbano; (III) Projovem Campo - Saberes da Terra; e (IV) Projovem Trabalhador (BRASIL. 2008, p. 01).

Desta forma o Projovem Urbano nasceu de uma reformulação do Projovem original, a Lei nº 11.692/2008 estabeleceu, ainda, em seu artigo 12º “O Projovem Urbano atenderá a jovens de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental.” O novo Programa foi regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

Em 12 de novembro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União o Parecer CNE/CEB nº 18/2008 aprovando a proposta de implantação, execução e gestão compartilhada do Projovem Urbano, em continuidade ao Projovem original. Conforme determina a Lei nº 11.692/2008, a faixa etária de atendimento foi ampliada para 18 a 29 anos e aumentou-se a duração do curso para 18 meses, saindo do Ministério da Ação Social, e passando para o Ministério da Educação – MEC.

O funcionamento do Projovem Urbano atualmente ocorre através de Núcleo/Escola, em que cada Núcleo tem que ter 05 turmas, tendo 200 alunos matriculados, ressaltando que os/as alunos/as hoje fazem parte do senso escolar, pois o Projovem Urbano utiliza todo o espaço físico da escola, seus professores/as são contratados por uma empresa ganhadora do processo licitatório.

Proposta Pedagógica do Projovem Urbano

Como proposta pedagógica o Programa desde sua criação possui Educação Básica, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem Original), o Projovem Urbano teve o caráter de intervenção emergencial, destinada a atender parcela significativa dos jovens com o perfil socioeconômico tipificado como público-alvo, que têm necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos. Assumiu também caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas, constituindo sua proposta curricular com base em conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o Ensino Fundamental, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação (BRASIL. 2012).

Desta forma, o ensino do Projovem Urbano é integrador, pois tanto o ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentassem novas formas de interação, se apropriassem de novos conhecimentos, reelaborando suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionando quanto a sua inserção social e profissional.

Freire (1975) ressalta a necessidade de conceber a educação como prática de liberdade, em oposição a uma educação como prática de dominação. Sabemos que a educação escolar é uma prática de depósito de conteúdos. Desta forma, o Projovem Urbano, tem o diferencial porque os conteúdos são integradores, fazendo uma relação dialógica entre educador e educando, que possibilita a ambos aprenderem juntos, por meio de um processo emancipatório.

Segundo o Projeto Pedagógico Integrador do Programa, a aprendizagem é vista como um processo socialmente construído por meio da participação ativa, do diálogo, da troca de experiências e significados e da colaboração entre as pessoas, implicando envolvimento ativo e multidirecional do sujeito. Nessa perspectiva, o aprendiz age sobre as mensagens recebidas, transformando-as ativamente para integrá-las, tanto quanto possível, aos seus próprios conhecimentos pré-existentes (BRASIL, 2012).

Vemos que a aprendizagem é um processo contínuo e que através de situações problematizadoras permitem que os/as estudantes, por meio da reflexão e da ação, articulam novos desafios, problemas e informações com fatos e experiências do cotidiano, os quais, nesse contexto de resolução de problemas, se diferenciam e se desprendem das vivências particulares, do senso comum, passando ao campo dos conceitos científicos para prática.

Diante do exposto, verificamos que o Projovem Urbano, oferece uma gama de aprendizados, em que alunos e professores interagem juntos na construção do saber, permitindo assim a inclusão social desses jovens.

Sposito (2008) destaca que os programas foram criados com intuito de inserir os jovens na participação social e a escola permite essa inclusão através da formação para cidadania.

Os programas acreditam que irão preencher certo déficit de formação para a cidadania que a escola não estaria oferecendo. Mas outro processo menos visível reside no gradual deslocamento da idéia da cidadania como conjunto de direitos para a prática de uma concepção que trata a cidadania como ensino de, exprimindo-se nos recortes da civilidade. [...] O ensino de regras de convivência não pode minimizar a ideias de cidadania como direito (SPOSITO, 2008, p. 94).

O autor destaca que a formação para cidadania é função da escola, pois é através das aulas de participação cidadã que o jovem exercerá seu protagonismo juvenil, onde expusera suas ideias.

Protagonismo Juvenil

Sabemos que o termo protagonista vem do grego Protagonistés, o principal lutador, a personagem principal de uma peça dramática, pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento (Dicionário Aurélio,).

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio- comunitário (COSTA, 1996, p. 90).

Desta forma, o protagonismo juvenil é quando o jovem participa como o ator principal das ações, sendo o construtor de atividades que diz respeito à sua vida familiar, afetiva, na escola, na comunidade ou na sociedade.

Barban (2011), afirma que no âmbito escola, os esforços para estimular os jovens na tomada de decisão são muitas vezes constrangidos pelo foco no desempenho acadêmico, pois muitos desses jovens não participam de atividades porque as pessoas não acreditam em seu potencial. Dayrell (2007, p. 117) ressalta que “domina uma representação negativa e preconceituosa em relação aos jovens”.

Vemos que os jovens sofrem uma grande discriminação para participar de atividades de tomada de decisões nas escolas, principalmente quando os/as professores/as os inserem em atividades de aprendizagem. Sabendo que essas atividades, são extracurriculares, que proporcionam aos jovens a chance de tomar decisões sobre as problemáticas da sua comunidade.

Para Bordenave (1994) os jovens precisam ser provocados a participar de atividades externas que ajudem a outros a realizarem objetivos de conscientização, sabendo que os jovens devem ser estimulados a participação de ação comunitária, assim como está engajado a organizações da sociedade civil.

Participação Cidadã e a Ação Comunitária

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998).

No componente curricular de Participação Cidadã do Projovem, as atividades a serem desenvolvidas segue um roteiro descrito no Plano de Ação Comunitária – PLA, que se refere ao planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma ação social escolhida pelos alunos, fundamentada no conhecimento de sua realidade. (BRASIL, 2008).

A Participação Cidadã e Ação Comunitária sugerida pelo Projovem Urbano e objeto deste estudo parte do princípio que, ao compreender melhor quais são os seus direitos como cidadão, o jovem passa a ter uma visão mais clara da necessidade de participar ativamente da vida de sua comunidade.

Desta forma o Plano de Ação Comunitária “deve servir como um guia para a ação, descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e as ferramentas que serão utilizados.” (BRASIL, 2006, p. 40).

Segundo o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (2012, p. 35), “a ação comunitária revelou-se uma dimensão marcante do currículo integrado, permitindo o desenvolvimento de trabalhos coletivos e associados a outros componentes curriculares”. Ao realizar o Plano de Ação Comunitária o jovem estará dando um passo em busca de sua cidadania, percebendo que sua Formação Básica e sua Qualificação Profissional se ligam de muitas maneiras com a Participação Cidadã.

Nas aulas de Participação Cidadã, são discutidas questões como direitos humanos, ética e cidadania, assim como questões de saúde pública, saneamento, sexualidade, violência, drogas, participação social e entre outros temas. Essas questões são trabalhadas de forma dialogada e tendo um método motivador, assim resulta em uma formação de jovens cientes de seus direitos e proativos em suas comunidades.

Sabendo que o Plano de Ação Comunitária do Projovem Urbano atua numa linha pedagógica, para que os jovens de forma coletiva adquiram conhecimentos e informações sobre a localidade onde vivem e sejam capazes de eleger uma necessidade de interesse comum. Desta forma, o PLA envolve sistematização, execução e avaliação de uma ação coletiva voltada para a sua comunidade, vivenciando na prática uma experiência educativa.

Ressaltando que o PLA inicia através da realização de um diagnóstico do contexto social, ambiental, cultural, econômico e urbano em que os jovens estão inseridos. A elaboração de propostas de ação com base no diagnóstico e a definição das formas de execução dessas ações preveem os procedimentos e as ferramentas de monitoramento. Assim se realiza uma avaliação contínua do que está sendo feito e, ao final, a sistematização das aprendizagens construídas na experiência, indica as possibilidades de continuidade e aprofundamento da participação juvenil no futuro. (BRASIL, 2012).

O papel dos/as professores/as de Participação Cidadã com os jovens, ocorre no planejar e posteriormente a realizar uma ação social de interesse coletivo, que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida do seu bairro ou de sua cidade. Para elaborar o Plano de Ação Comunitária, o/a professor/a seguirá o manual do educador e que tem por finalidade:

- Ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional – a partir da condição juvenil.
- Promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública.
- Contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania.
- Propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.
- Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários (BRASIL, 2006, p. 40).

O manual vem nos mostrar, que o jovem ao realizar o PLA adquiriu esses conhecimentos, assim como passar ser o construtor de sua história e do meio que vive. Desta forma o/a professor/a de Participação Cidadã, segundo o Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores (BRASIL, 2008), vão exercer as seguintes funções:

- Ministram aulas relativas aos temas Participação Cidadã;
- Planejam e orientam as atividades de Participação Cidadã;
- Apoiam e acompanham a elaboração e a implementação do Plano de Ação Comunitária (PLA);
- Realizam um mapeamento de oportunidades de engajamento social na comunidade, identificando organizações da sociedade atuantes, movimentos sociais, comunitários, juvenis, programas da rede pública sócio-assistencial, de saúde, de educação, de cultura.
- Articulam contatos, visitas e possibilidades de parceria de interesse dos jovens para viabilizar os PLA;

- Buscam relacionar essas atividades com os arcos de ocupações selecionadas pelo município, de modo a integrar Qualificação Profissional e Participação Cidadã;
- Contribuem, também, para a articulação entre os jovens de cada núcleo em atividades de intercâmbio e apresentações públicas do PLA (BRASIL, 2008, p. 25).

Desse modo, vemos que o/a professor/a de Participação Cidadã tem um papel importante para o desenvolvimento cognitivo dos jovens, assim como possibilitar o protagonismo desses jovens que através das aulas são incentivados a pensar e refletir sobre cada atividade que se é trabalhada.

Metodologia

Para o desenvolvimento dessa experiência exitosa, a qual foi realizada com alunos e alunas da Escola Municipal Eunice Felix, localizada na Rua dos Prazeres, S/N, no bairro Jardim Jordão – Jaboatão dos Guararapes/PE.

A elaboração e execução do Plano de Ação Comunitária ocorreram conforme as etapas abaixo descritas:

1. Elaboração do mapa de desafios através da construção do retrato da realidade local, onde fizeram duas listas: uma escreveu o que gostam, o que é bom e o que valorizam no lugar onde moram; na outra descreveram quais os principais problemas que influenciam a qualidade de vida da juventude local;
2. Identificação dos desafios da comunidade, o qual se pretende desenvolver o Plano de Ação Comunitária, relacionando à essas necessidades os problemas, causas e ideias que podem garantir a melhoria da qualidade de vida dos mesmos;
3. Divisão do grupo de autores/as do Plano de Ação Comunitária: nomes, características do grupo e habilidades dos participantes;
4. Pesquisa de campo dos temas: Saúde (DST, Dengue e Gravidez Precoce); Violência contra Mulher; Violência contra Criança e contra o Idoso; Drogas (Lícitas e Ilícitas) e Transporte – ônibus de qualidade, através de entrevistas, visitas, internet entre outras. Ressaltando que cada tema foi escolhido pelas turmas, ou seja, a turma 1 ficou com o tema de Saúde, a turma 2 – Violência contra Mulher, a turma 3 – Violência contra Criança e contra Idoso, a turma 4 – Drogas e a turma 5 – Transporte.
5. Elaboração do Plano de Ação com título, local de execução, foco da ação, público alvo, justificativa, objetivos gerais, resultados esperados, atividades planejadas e vinculadas aos recursos necessários, aos responsáveis e cronograma de atuação;
6. Visitas em Posto de Saúde, Associação de Moradores, Secretaria Municipal da Mulher e CRAS;
7. Construção de fanzines com os temas de cada turma;
8. Elaboração e encenação de teatro para apresentação;
9. Elaboração e ensaio de RAP;
10. Realização de bingo para arrecadação de dinheiro para pagamento do som para realização do PLA;
11. Construção de painéis para ornamentação do PLA;
12. Registro da execução das ações: descrever e fotografar as ações realizadas em ordem temporal na realização do PLA;
13. Avaliação: ao longo e ao final da execução do PLA avaliar os resultados (aspectos positivos e negativos) efeitos, impactos e lições aprendidas com o PLA.

Depois de todas essas atividades, o Plano de Ação Comunitário foi executado no dia 06/04/2016 na Escola, sendo convidada a comunidade, para assistirem a execução do PLA, cujo foi apresentado os temas através de atividades lúdicas como: teatro, poema e RAP.

Ressaltando que antes da apresentação os/as alunos/as ornamentaram o espaço com: painéis conscientizadores, fanzines, faixas com os temas, distribuição de panfletos (dengue, DST e gravidez precoce), camisinhas e lembrancinhas.

Sabendo que esse processo de construção e execução oportuniza a participação de todos e todas, fazendo com que o trabalho seja construtivo e prazeroso. Segundo Dayrell et al, (2010, p. 237) “A participação social dos jovens depende de como a sociedade oferece oportunidades nas quais eles possam se envolver em experiências participativas e se informarem sobre as possibilidades nesse campo.”

Nesse sentido, a escola tem o importante papel em preparar os jovens para participar de espaços democráticos, os quais os possibilitam desenvolver conhecimentos, percepções e posicionamento sobre participação social. Segundo Barban (2011):

A escola e os meios de comunicação também falham como agentes socializadores, na medida em que priorizam a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, reforçam valores individuais e consumistas, pois o mercado é competitivo. Neste sentido, não geram possibilidades de inclusão dos jovens em novos espaços democráticos, que poderiam criar alternativas de cooperação e confiança mútuas para o enfrentamento dos problemas das comunidades. Assim as ações coletivas ao serem pouco estimuladas, prejudicam o fortalecimento da democracia (BARBAN. 2011, p. 35).

O autor vem nos mostrar que a escola é um espaço excludente e que deixa a desejar na sua atuação de criticidade para cidadania, e quando vemos Programa que tem um projeto pedagógico diferenciado, em que a participação cidadã está acoplada com os conhecimentos básicos nos faz acreditar numa educação de qualidade.

Resultado Esperado

O Plano de Ação Comunitária – PLA oportunizou um trabalho integrado entre alunos/as e professores/as, onde foi desenvolvido ações de pesquisa, de articulação e mobilização de acordo com os temas acordados no Mapa de Desafios.

Os jovens se reunirão e discutiram a melhor maneira para executar o PLA, desse modo tivemos como resultado a apresentação dos temas Saúde (Dengue, DST e Gravidez Precoce), Violência contra Mulher, Violência contra Criança e contra o Idoso, Drogas (Lícitas e ilícitas) e Transporte.

Para execução do PLA, os jovens construíram faixas e fanzines trazendo frases incentivadoras e conscientizadoras como apoio para desconstrução de comportamentos. Também foram em instituições como associações de moradores, Secretaria da Mulher e Posto de Saúde buscar material como panfleto com divulgação dos serviços e camisinhas (femininas e masculinas). A ida nestes espaços possibilitou um protagonismo juvenil, cujos jovens se sentiram construtor dessa atividade através de diálogos entre os profissionais que atuam nestes espaços.

Na apresentação cultural do PLA ocorreram apresentações teatrais e RAP, onde os jovens produziram coletivamente, ensaiaram e apresentaram para escola e comunidade, a realização dessa apresentação possibilitou aos jovens a autonomia,

Ao promover essas atividades, vemos que os jovens são capazes de realizar atividades comunitárias, assim como foi visto o amadurecimento deles através das discussões proposta na apresentação, pois todo o conhecimento adquirido foi repassado de forma lúdica.

Sabemos que a escola e os/as professores/as desempenham importante papel social, político e cultural na sociedade contemporânea ao favorecerem o processo de sociabilização dos jovens (BARRETO, 2011), e quando esse processo ocorre de forma significativa a partir da prática, podendo assim fortalecer identidades individuais e coletivas, favorecendo valores de cidadania e democracia que permeiam o processo de desenvolvimento humano.

Considerações Finais

Acreditamos que a realização e execução do PLA é um grande estímulo à inserção da juventude em outros espaços da cidade. Nesse sentido, faz-se necessário que a escola invista em atividades que trabalhem com os jovens, valorizando seus conhecimentos para as questões sociais. Desta forma o PLA possibilita a atuação da juventude como protagonistas de ações cidadãs, tendo o auxílio dos/as professores/as do Projovem Urbano, principalmente do componente de Participação Cidadã, que juntos planejaram, construíram e executaram as atividades propostas pelos jovens.

Referencias

Barban, Airton Valentim. **A juventude nas ações comunitárias: limites e possibilidades da participação cidadã e do protagonismo juvenil no programa Projovem Urbano de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) do Programa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local Centro Universitário UNA 2011.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Projeto do Programa Projovem**. Brasília: Projovem, 2006.

_____. **Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores**. Brasília: Projovem Urbano, 2008.

_____. **Manual do Educador: Orientações Gerais**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília: Projovem Urbano, 2012.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional**. RBPAAE, Porto Alegre, v.27, n.1, p.39-52, jan/abr. 2011.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996.

DAYRELL, J; GOMES, L. N; LEÃO, G. **Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?** Educar em Revista, nº 38, p. 237-252, set. / dez. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FREIRE P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1975.